

**Projeto de Lei n.º 20, de 18 de junho de 2018.**

*Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 441, de 20 de novembro de 2017 que “Estabelece normas e condições para Parcelamento do Solo Urbano no Município”, na forma que especifica e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA – GOLÁS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo cargo, encaminha a seguinte proposta de lei:

**Art. 1º** - Altera a redação do Artigo 2º, § 3º, da Lei n.º 441, de 20 de novembro de 2017 que “*Estabelece normas e condições para Parcelamento do Solo Urbano no Município*”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º - (...)**

**§ 3º** Considera-se desdobro a subdivisão de um lote em novos lotes destinados a edificação, com o aproveitamento do sistema viário existente, que não implique em abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos existentes, e, dada sua quantidade não implique prejuízo urbanístico.” (NR)

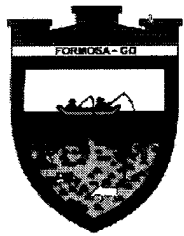
(...)

**Art. 2º** - Altera a redação do artigo 3º, § 2º, da Lei n.º 441, de 20 de novembro de 2017 que “*Estabelece normas e condições para Parcelamento do Solo Urbano no Município*”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º - (...)**

**§2º** Será permitido o parcelamento de área com declividade de 30% (trinta por cento), desde que o projeto esteja acompanhado de declaração do responsável técnico que ateste a viabilidade de edificar no local, e seja devidamente aprovado pelo órgão de defesa civil ou, na ausência deste, por órgão municipal competente.” (NR)

(...)



**Projeto de Lei n.º 20, de 18 de junho de 2018.**

**Art. 3º** - Altera a redação do artigo 5º, Inciso VI, da Lei n.º 441, de 20 de novembro de 2017 que **“Estabelece normas e condições para Parcelamento do Solo Urbano no Município”**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 5º - (...)**

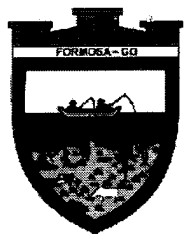
**VI – Os lotes devem ter área mínima de 150,00m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados) para loteamento aberto de interesse social, e mínima de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) para loteamento aberto e comum, os lotes de loteamento fechado deverão ter área mínima de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), ressalvado a área constituída por um conjunto de chácaras, localizadas no Setor de Chácaras Sul, à Avenida Cristalina. Nesta área, os lotes resultantes de Projetos de Parcelamento do Solo terão áreas maiores a fim de viabilizar a criação de um Bairro Nobre. Desta forma, a partir da publicação desse marco regulatório, todos os projetos de parcelamento das chácaras, inseridas dentro da poligonal corresponde a essa Área, deverão apresentar todos os lotes com superfície igual ou superior a 600,00m<sup>2</sup>(seiscentos metros quadrados), e frente mínima de 10m (dez metros), sendo a poligonal correspondente a essa área constituída pelas seguintes divisas:**

**a) Partindo da junção da Avenida Tancredo Neves com Via 17 (dezessete) surge-se por essa última na direção Sudeste até o seu entroncamento com a Rua Beneditina, passando pelos entroncamentos com as Vias 20 e 18, até atingir a divisa externa da Chácara n.º 327. Nesse ponto, defletindo-se para a direita e seguindo-se em linha reta, na direção Noroeste e cruzando-se com as Vias 15 e 17, ultrapassa-se o entroncamento com a Via 12 e a uns 15 metros à frente, deflete para direção Norte, passando pelas chácaras 275, 253, 231, 208 e, vértice da Chácara 185, atinge-se o entroncamento com a Avenida Cristalina. Segue-se por essa Avenida, tomando-se a direção Sul, até atingir o seu entroncamento com a Via 17 (dezessete), onde teve início a descrição dessa poligonal que constitui da área nobre.” (NR)**

**(...)**

**Art. 4º** - Altera e acrescenta dispositivo ao Art. 13, da Lei n.º 441, de 20 de novembro de 2017 que **“Estabelece normas e condições para Parcelamento do Solo Urbano no Município”**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2



**Projeto de Lei n.º 20, de 18 de junho de 2018.**

**“Art. 13 - O proprietário ou loteador, em garantia da execução das obras previstas no projeto de loteamento apresentado, dará em caução o equivalente a 20% (vinte por cento) dos lotes vendáveis, confiado ao Município, da seguinte forma:**

**I – por dinheiro mediante depósito caução;**

**II – por fiança bancária;**

**III – por caução em lotes;**

**IV – seguro-garantia expedido por empresas autorizadas pela SUSEP;**

**§1º A critério do Município, a caução em lotes vendáveis prevista no *caput* e no inciso III poderá ser dada em imóvel fora do loteamento.**

**§2º A caução em lotes, do próprio loteamento ou de valor equivalente fora dele, fica condicionada a avaliação prévia do (s) imóvel (eis) pela Comissão de Avaliação do Município.**

**§3º Em caso de caução mediante seguro-garantia, depósito caução ou fiança bancária o empreendedor deverá apresentá-la (s) com prazo de vigência do dobro do prazo do cronograma físico-financeira das obras de infraestruturas, para obter o Ato de Aprovação do Loteamento. (NR)**

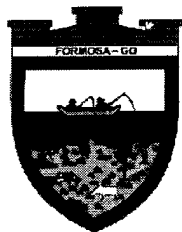
**§4º A garantia só será levantada após a vistoria feita pela Administração Municipal das obras realizadas.”**

**Art. 5º - Altera a redação do artigo 16, §5º, Inciso II da Lei n.º 441, de 20 de novembro de 2017 que “Estabelece normas e condições para Parcelamento do Solo Urbano no Município”, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

**“Art. 16 - (...)**

**§5º (...)**

**II – caso situado dentro do perímetro urbano, cada unidade autônoma terá área mínima de 200,00m² (duzentos metros quadrados) e frente mínima de 7m (sete**




**Projeto de Lei n.º 20, de 18 de junho de 2018.**

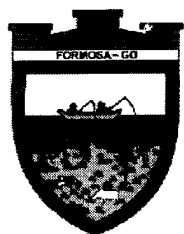
metros) para uma via de circulação interna, respeitada a reserva legal existente na gleba, que poderá ser convertida em área verde. Os lotes residenciais serão unifamiliares e indivisíveis.” (NR)

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa – GO, aos 18 dias do mês de junho do ano de 2018.



Ernesto Roller  
Prefeito Municipal



**Projeto de Lei n.º 20, de 18 de junho de 2018.**

**Justificativa**

Senhor Presidente,  
Senhores vereadores,

Temos a grata satisfação de submeter à análise para apreciação e votação dessa Égide casa Legislativa o Projeto de Lei que *Altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 441, de 20 de novembro de 2017 que “Estabelece normas e condições para Parcelamento do Solo Urbano no Município”, na forma que especifica e dá outras providências.*”

A presente proposta de alteração e inclusão de dispositivo a supracitada lei, tem o condão de adaptar a realidade urbanística do município em razão da atualidade e necessidade de adequação da nova realidade dos desmembramentos e desdobramentos.

Conforme consta na proposta de alteração, revela-se uma necessidade de propor uma coerência e clareza nos limites mínimos quanto ao parcelamento das áreas nobres e de interesse social do Município.

Desta forma, é imprescindível a realização das modificações pretendidas com o propósito de atualizar e sanar os problemas conforme a necessidade de se adequar as novas regras de parcelamento realizadas na cidade de Formosa.

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa – GO, aos 18 dias do mês de junho do ano de 2018.

  
Ernesto Roller  
Prefeito Municipal